

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-5-2020.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e trinta e nove minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo e Valter Nagelstein. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 009/20 (Processo nº 0171/20), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Ricardo Gomes, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, José Freitas, Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Mauro Zacher, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Cláudio Janta e Márcio Bins Ely. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 009/20, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Resolução nº 009/20, por vinte votos SIM e dezesseis votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezessete horas e oito minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal e Luciano Marcantônio. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cassiá Carpes, Adeli Sell e Aldacir Oliboni. Às dezoito horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados

os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde, iniciamos com uma informação negativa sobre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que, em regime de economia, segundo a situação pré-falimentar ou falimentar, terminou com várias agências e postos, dentre as quais a agência que há anos funciona na Assembleia Legislativa do Estado e também o posto que funcionou, até agora, na Câmara Municipal. Então, o relacionamento com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos que tradicionalmente nós realizávamos até agora, terminou, e, nos próximos 15 dias, a nossa Diretoria-Geral, juntamente com a Diretoria Administrativa, já começou a estabelecer os primeiros contatos para ver como é que vai ocorrer o nosso relacionamento com os Correios e Telégrafos, a partir do fechamento desse posto. A proposta inicial é que cada um fosse colocar a sua correspondência num posto qualquer dos Correios e Telégrafos, para isso não precisaria convênio, isso ocorreria normalmente. Há uma série de coisas práticas, e algumas que são complexas, que nós temos que acertar com eles. Primeira informação: não teremos mais posto dos Correios e Telégrafos na Câmara de Porto Alegre. Em 15 dias, mais tardar, nós teremos reformulado o nosso relacionamento com eles e informado a todos os colegas como se dará a relação Câmara de Vereadores com a empresa a qual estivemos conveniados até o dia de hoje. Lamento muito isso que ocorra. Para mim é muito triste ver um órgão que já foi orgulho do Brasil estar passando pela penúria que agora está ocorrendo; e não diga que é por causa da pandemia, porque isso já vinha de longe, e agora se concretizou definitivamente.

Segunda grande informação, e essa é boa – Ver.^a Cláudia, Ver. Cassiá, Ver. Mendes Ribeiro, enfim, vários de vocês que há muito me cobravam uma posição relativamente ao nosso convênio com o IPE Saúde –, a informação é muito boa: aquela ideia inicial de que nós postulássemos uma prorrogação do contrato que vigora até 15 de julho, pelo espaço de 90 ou 120 dias em função da pandemia, foi substituída por uma nova, com absoluta segurança. A legislação foi modificada, uma emenda constitucional votada virtualmente pela Assembleia Legislativa, agora no final do mês de março, abriu essa possibilidade, e o Instituto de Previdência do Estado fará, dentro de um prazo hábil, no máximo 40 dias... (Problemas técnicos no som.) ...não por três meses, mas pelo mínimo 12 meses ou mais, se for essa a nossa vontade. Então, com muita satisfação, eu passo essa informação a vocês, citei nominalmente alguns colegas, que eram os que mais frequentemente falavam comigo a esse respeito, e tivemos, pelo menos, uma notícia favorável, que substitui a notícia negativa relativamente à Empresa de Correios e Telégrafos que eu dei inicialmente. Sim, é negativa, mas nós podemos torná-la afirmativa e encontrar uma forma efetiva de restabelecer e resgatar o nosso relacionamento com os Correios, e, se não encontrarmos, vamos encontrar outra forma de nos comunicar com a sociedade através de outros mecanismos que hoje a tecnologia nos oferece.

Finalmente, ainda nestas comunicações, eu quero me dirigir, especialmente, aos presidentes das comissões temáticas da Câmara de Vereadores, pedindo a eles que retornem ao período que nós temos uma programação, que enviamos agora, às comissões temáticas, que se encontram há um bom tempo com indicações propostas por vários vereadores pendentes... (Problemas técnicos no som.) ...conforme determina o Regimento Interno, será imediatamente encaminhado às autoridades a que for dirigida a indicação ou o processo indicativo, e, se for favorável, será reconsiderada, será reexaminada, provavelmente, pelo plenário da Casa. Então, essas três informações, eu passo agora a todos os colegas, ao mesmo tempo em que saúdo a todos, cumprimento a todos, temos novamente um quórum altíssimo, uma prova de que a Câmara Municipal de Porto Alegre continua trabalhando e muito bem na defesa dos interesses da sociedade, sobretudo, em função da sua responsabilidade, como um todo, dos integrantes da Casa. Obrigado pela presença de todos. Solicito ao nosso querido Diretor Legislativo, que é um grande organizador dessa nossa Câmara remota, o introdutor desse processo virtual que se espalhou por todo o Brasil, que ele tomou a iniciativa para que possamos instalar, efetivamente, a sessão de hoje com a votação do projeto que se encontra em exame, única matéria, diga-se de passagem, e que foi amplamente divulgada entre os colegas vereadores. Diretor Legislativo, por gentileza, assumo o comando da reunião.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Presidente. Boa tarde às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores. Consulto, Presidente, se entramos direto na Ordem do Dia.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Direto na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h39min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito ao nosso Diretor Legislativo, tendo em vista que estamos ingressando formalmente na Ordem do Dia, porque este levantamento de quórum já está visando o ingresso na parte deliberativa deste Parlamento, que não só apregoe a matéria constante... (Problemas técnicos no som.) ...a respeito da forma pela qual se dará a votação (Problemas técnicos no som.). Obviamente todas as bancadas terão oportunidades de fazer as considerações a respeito... (Problemas técnicos no som.) ...pelo período de três minutos prorrogados por mais trinta segundos, quando necessário, para a conclusão da manifestação do colega ou da colega que se encontre no uso da palavra. O alerta que eu faço é que nós solicitamos ao nosso Diretor Legislativo que

estabeleça uma forma de avisar ao colega que estiver se manifestando quando completar o seu tempo e que, depois de trinta segundos, será desligado o seu microfone. Nós precisamos ter uma normatização no desenvolvimento dos trabalhos. Então eu espero contar com a colaboração dos colegas para que nós possamos ser muito objetivos, muito transparentes e muito tranquilos no encaminhamento da matéria. Antes de devolver o comando ao nosso Diretor Legislativo, eu venho informar, novamente, o que anteriormente já foi informado e faço isso em atenção ao colega João Bosco Vaz, que fez formalmente essa solicitação, que os dois restaurantes da Câmara Municipal já estão fechados. O detentor da prerrogativa de explorá-los, vencedor de uma licitação, formalmente requereu a rescisão contratual inclusive se dispondo a pagar algumas multas em função de estar interrompendo a prestação dos serviços. As nossas diretorias correspondentes já estão tratando disso, estabelecendo o modo pelo qual será reposta essa multa contratual e, de outra ponta, preparando para de imediato abriremos nova licitação para a contratação de uma nova empresa que venha a cuidar dos nossos restaurantes ou do nosso restaurante conforme for o caso. Essa colocação faço mais uma vez, já fiz anteriormente, em atenção ao colega João Bosco Vaz. Devolvo a palavra agora ao nosso Diretor Legislativo para que ele explique o processo de votação, apregoe a matéria e inicie a mesma.

(Procede-se à leitura do PR nº 009/20.)

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0171/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/20, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução nº 2.582, de 17 de abril de 2020, que instituiu, na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), o Sistema de Deliberação Remota (SDR). (SEI 014.00014/2020-71)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, II, da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 14-05-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação o PR nº 009/20. (Pausa.). O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a todos os meus colegas, o nosso Presidente; acho que, neste momento, eu tenho que seguir aquela linha que eu defendo há muito tempo. Nós não podemos legalizar a ilegalidade, ou seja, aproveitar uma excepcionalidade para facilitar o que já é facilitado, mas aí legalizando. Como o Luiz Afonso disse outro dia, já está sendo projetada uma modificação, porque é muito fácil passar um projeto pela CCJ. (Problemas técnicos no som.) ...Ver. Ricardo, meu ex-colega, propor uma atitude dessa natureza: facilitar, e pior, facilitar uma ilegalidade! Lamento, por isso que o plenário, que está acontecendo aqui, tem que ter soberania. (Problemas técnicos no som.) Isso é vergonhoso para a Câmara, gente! Nós temos que apertar mais, dificultar esses projetos malfeitos e inconstitucionais de passarem. Eu não me sinto bem, vou deixar bem claro para vocês, não me sinto bem na ilegalidade. Vir propor para a Mesa agora, aos 45, 49 minutos do segundo tempo, modificar, mas modificar o quê, gente? Está passando já tudo, agora vai passar a tropa toda! Lamento ter que dizer isso aos meus colegas, mas nós irmos para o plenário legalizar uma ilegalidade? A nossa bancada, pelo que nós conversamos, vai voltar totalmente contrário a esse projeto, porque não tem lógica, isso afeta todos nós, afeta a Câmara, meu Presidente; afeta a Mesa, meu Presidente, e afeta todo o plenário. É nesse sentido que eu peço que nós possamos pensar, neste momento, no prejuízo que terá a Câmara. Desculpem a minha ênfase e a minha retórica forte, mas eu não posso acreditar que a Câmara vai consolidar, vai legitimar essa ilegalidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, o Ver. Cláudio Janta está pedindo pelo chat uma questão de ordem.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não me cabe outra posição se não inquirir o requerimento de questão de ordem do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente; Diretor Legislativo, Luiz Afonso; após a explanação do Ver. Cassiá Carpes, eu achava por bem ler a resolução, porque a resolução diz totalmente o contrário do que o Ver. Cassiá disse. A resolução, ela não vem para facilitar, a resolução não vem para que projetos inconstitucionais entrem em pauta, vão para plenário, ela não vem para nada disso. A resolução vem com intuito contrário disso, não para dificultar, mas que os projetos tenham que ter, no mínimo, a constitucionalidade, que não tenha quatro ou cinco projetos sobre o mesmo tema. Se houver empate ou se houver uma diferença de um voto, que vá para o plenário, aí sim. Agora, é o contrário do que, pelo que eu vi, algumas pessoas estão achando que nós estamos liberando de fato, rasgando a

Constituição, o Regimento, a Lei Orgânica; nada disso. Era bom que o Luiz Afonso lesse a resolução, eu acredito, para as pessoas tomarem conhecimento, de fato, de que a resolução não está abrindo mão de Regimento, abrindo mão de nada. Ela está, simplesmente, ampliando, para que não ocorra, como ocorreu, quando nós votamos cinco projetos relativos a máscaras e vários outros projetos que entraram na Ordem do Dia, vieram a plenário para votação e são projetos iguais, muda só o nomezinho, mas os projetos são iguais.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu acolho a questão de ordem, defiro o requerimento, solicitando ao nosso Diretor Legislativo que, por gentileza, proceda à leitura da proposta originária e das emendas que são feitas, para total transparência e esclarecimento do plenário, tendo em vista uma votação segura. Está deferida a questão de ordem do Ver. Cláudio Janta, que eu recebo como requerimento. Devolvo o comando, agora com a determinação já expressa, ao nosso ilustre Diretor Legislativo, Luiz Afonso de Melo Peres.

(Procede-se à leitura do PR nº 009/20 e da Emenda nº 01.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. e peço que retome o encaminhamento da votação do PR nº 009/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas, senhoras e senhores, colegas vereadores e vereadoras; acho importante o esclarecimento da leitura que fez o Luiz Afonso, porque, com o sistema remoto, a gente não consegue pegar o projeto na mão e ir até a mesa dos colegas para poder demonstrar o que está sendo votado. Então, é fundamental. Eu gostaria, nessa linha de esclarecimento, de dizer que a resolução vigente estabelece que um projeto, mesmo sendo considerado inconstitucional, com um voto divergente na CCJ, ele vai para o plenário. Então projetos completamente inconstitucionais, com apenas um voto divergente, estão indo a plenário. A CCJ sentiu essa dificuldade e propôs para a Mesa Diretora uma alternativa. Quais seriam as duas alternativas? Ir a plenário aqueles projetos aprovados na CCJ – seria uma alternativa. É assim, por exemplo, na Assembleia Legislativa: só o que é aprovado na CCJ vai a plenário. Mas como é o nosso Regimento hoje? Um projeto que tenha empate em alguma comissão vai à votação; ele entra na Ordem do Dia e vai à votação. Então, foi essa proposição que a CCJ fez. O projeto que não for aprovado na CCJ, por unanimidade... (Problemas técnicos no som.) O que não for aprovado, tiver um, dois ou três votos divergentes, entra no rito normal de tramitação; e aqueles que empatarem, como já diz o nosso Regimento em tempos normais, irão para a Ordem do Dia e poderão ser priorizados. Então, na verdade, nós estávamos com uma flexibilização muito grande na primeira

resolução, qualquer voto divergente na CCJ autorizava o projeto a ingressar na Ordem do Dia e ser votado, então, estávamos votando, sim, muitos projetos... (Problemas técnicos no som.) Acho que foi importante esse teste, por esse momento, para talvez chegarmos à conclusão de que agora não vai ser como é na Assembleia Legislativa, que só o projeto aprovado por maioria na CCJ vai a plenário, mas estamos buscando o meio-termo do que já existe no nosso Regimento fora do período de excepcionalidade, que é o projeto, quando empata, poderá ingressar na Ordem do Dia e ser priorizado. Acho que foi importante a experiência que fizemos até aqui, a Câmara acabou votando muitas coisas, muitas delas inconstitucionais, e agora então estamos propondo um meio-termo, para que aqueles projetos que realmente não forem aprovados, ou sejam arquivados vão para o rito normal... (Problemas técnicos no som.) ...empate, poderá então ser priorizado. Acho que nós ficaremos mais adequados, teremos um melhoramento da resolução que tínhamos anteriormente, estamos todos aprendendo, rogo às senhoras e aos senhores vereadores que possam aprovar o projeto, e, logicamente, com toda vênua aos colegas que interpuseram a emenda, mas a emenda deixa como é a resolução: qualquer projeto, com qualquer voto acabará indo para a Ordem do Dia. Então nós encaminhamos, a bancada do PTB, pela rejeição da emenda, porque se não vai ficar tudo igual, aí nem precisava alterar a resolução, e pela ação da resolução, que não é oito nem oitenta, não é como estava até agora e também não é como é na Assembleia Legislativa, que só projeto... (Problemas técnicos no som.) ...e que nós possamos aprovar esta resolução para melhorar os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu me inscrevi porque havia sido feita uma questão pelo Ver. Cláudio Janta que eu achei que não era precedente, porque ela era uma questão de ordem suscitada pela fala de um vereador que havia questionado a constitucionalidade do projeto. Como eu concordo que é inconstitucional o projeto, acho que não valia uma questão de ordem sobre isso. Mas o Presidente acatou. (Problemas técnicos no som.) ...prejudicado, mas eu não vou entrar no mérito do debate, é só uma intervenção em função dessa questão de ordem do vereador, para objetar... (Problemas técnicos no som.) ...a questão de ordem, como correção da fala do Ver. Cassiá, que não era o caso de ser corrigida porque o projeto é inconstitucional, mas eu não foi entrar no mérito, já que a questão foi vencida. Era só para esclarecer.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Robaina. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Obrigado, Presidente; obrigado, diretor Luiz Afonso; colegas, basicamente eu já me sinto contemplado pelo que disse o presidente da CCJ, Ver. Cassio Trogildo, eu pedi a palavra porque houve

uma discussão aqui na reunião do Comitê de Crise, ao qual foi apresentado o projeto que é da Mesa Diretora, por sugestão da CCJ. Quero esclarecer a todos os colegas, porque temos aqui duas naturezas de críticas diferentes: uma, daqueles que acham que o projeto fecha a porta demais para algumas proposições, e outra, que teceu meu colega, Ver. Cassiá Carpes, que abriria a porta; ao contrário, não abre, o que está se fazendo aqui, como esclareceu o Cassio, é adequar... (Problemas técnicos no som.) ...ele vai a plenário em 24 horas. (Problemas técnicos no som.) ...por 6 votos a 1 o projeto vai a plenário. E pouco antes de iniciar a sessão... (Problemas técnicos no som.) Só que no regimento normal do SDR que nós estamos aplicando agora, pelo menos um empate em uma comissão precisa haver, e o que está se adequando é que agora, durante a crise – que é uma priorização de emergência, e feita, inclusive, automaticamente, porque a reunião de líderes deliberou que os projetos iam ser votados na ordem em que propostos –, a sugestão da CCJ foi que se adotasse a regra normal do Regimento, que ao menos um empate em uma comissão era necessário, porque senão o projeto entra, perde por 6 votos a 1 na CCJ, e, em 24 horas, está sendo votado no plenário, o que obviamente causa e já causou constrangimento para esta Casa. A proposta que está sendo feita fecha um pouco, sim, a porta, mas ela não é arrasa quarteirão, porque ela adota o que tem normalmente no Regimento, de que é preciso pelo menos empatar em uma comissão. Então que, pelo menos, empate na CCJ para poder vir.

Quero fazer um registro aqui, alguns colegas, o Ver. Alex Fraga especialmente, suscitaram uma questão de maioria de governo na CCJ. Eu quero dizer o seguinte: este projeto, esta ideia, esta concepção não é do governo, em favor do governo, eu mesmo, se assim fosse, não me somaria a ele. Acredito até que o próprio governo, em alguma situação, vai ter dificuldade com algum projeto se aprovada essa resolução. Não é um projeto de proteção do governo. E mais: não é o histórico da CCJ arquivar os projetos dos colegas. Em alguns projetos há uma discussão e no rito ordinário há recurso para o plenário, que permite discutir. Nós mesmos sabemos, ao votar na CCJ, que, às vezes, se compra uma antipatia se atrapalha um projeto de um colega, nem sempre é confortável, e isso tem sido exercido com zelo pelos colegas. Não é pelo prazer de arquivar projetos dos colegas, não existe isso, não é essa a intenção, a intenção é evitar que aconteça o que aconteceu agora, durante a pandemia, de nós votarmos duas, três vezes a mesma matéria, ou de votar uma matéria manifestamente inconstitucional, o que, cá entre nós, suja o bom nome da Câmara. Eu prefiro, pessoalmente, Ver. Cassiá, que foi deputado, a regra da Assembleia Legislativa, para concluir. O projeto, para seguir, tem que passar com aprovação pela CCJ, senão a Casa admite que está votando projetos inconstitucionais, o que, obviamente, é trair o juramento que todos nós fizemos, quando assumimos o cargo, de cumprir a Constituição e a Lei Orgânica. Não é essa a intenção, a intenção aqui é evitar que nós votemos matérias repetidas e inconstitucionais; não é um movimento do governo, não é um movimento sequer de maioria contra minoria, é um movimento de preservação, inclusive, da legalidade e da Câmara de Vereadores. Inclusive a emenda, que eu já disse que respeito, ela descaracteriza a proposta, faria ficar como está. Eu agradeço ao Ver. Mendes Ribeiro o uso da palavra em nome do DEM, e o DEM encaminha o voto “não”

na emenda e o voto “sim” na proposta de resolução, apenas para aplicarmos durante a pandemia a regra geral de que é preciso pelo menos empate numa comissão para podermos votar um projeto. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. Outra questão de esclarecimento importante é a questão de direito do que é temporal, aí, se aprovada eventualmente a resolução, o efeito que ela terá sobre os projetos. Os projetos que já estão na Ordem do Dia obviamente não retrocederão, isso só se aplicaria para projetos que ainda não tiveram apreciação na CCJ.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20, como coautor da Emenda nº 01.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, quem estiver acompanhando nossa sessão virtual. A iniciativa, com todo respeito aos colegas mais precisamente da CCJ, neste momento, acho ser desnecessária e bastante intempestiva, porque, se nós avaliarmos do ponto de vista da preocupação do projeto de resolução, eu perguntaria o seguinte: dos projetos que nós votamos no plenário, quantos não passaram na CCJ? Que eu saiba, quase todos, a maioria que nós votamos teve ampla maioria ou a maioria da CCJ. A CCJ se preocupou baseada em quê, ou esse grupo de vereadores, com todo respeito aos colegas, se basearam no quê? Eu concordo com a preocupação do Cassiá, quando, na verdade, até a intervenção dele não tinha sido explicado o detalhamento da emenda apresentada pelos pastores, estava aberta para quem quisesse assinar, e do próprio projeto de resolução. É óbvio que, neste momento, quando o relator dá o parecer favorável ao PL ou às emendas, dá uma impressão que é para votar a favor dos dois. Não, nesse caso, a oposição vai votar favorável à emenda e contra o projeto, porque nós entendemos que nesse aspecto, pelo andar do tempo, pelo andar da carruagem, como se diz, nós não temos por que mudar agora, porque nós já temos exemplos que muitos projetos não passaram na CCJ, apenas tiveram minoria, ou nem a maioria, passaram em outras comissões, vieram para o plenário e tiveram unanimidade depois a votação dos projetos. Então mudar aos 44 minutos do segundo tempo não há necessidade. Temos que ter uma certa cautela agora, os governos estão flexibilizando o retorno e tenho certeza de que a Câmara também está estudando isso, vamos avaliar um plano de trabalho semana que vem, então por que fazer isso? Em tese isso teria o endereço certo? Quais os projetos que foram protocolados e que, em tese, não poderiam passar para o plenário? O Ver. Alex apresentou, na última sessão, uma ideia: em 24 horas – poderia inclusive o projeto ter dito isso – as demais comissões poderiam dar um parecer, as comissões afins, tipo, se é um projeto que dialoga com a saúde, no mínimo teria que passar na COSMAM. Não, a CCJ é que define a vida daquele PL, daquele projeto de lei. Então me perdoem os colegas, com todo o respeito, mas com certeza nós votaremos contra, porque neste

momento não há motivo para fazer isso. Nós inclusive já poderíamos estar votando, nas duas últimas sessões e na de hoje, projetos que foram apresentados, e a CCJ, me desculpem, eu não estou sabendo quando ela está se reunindo, mas me parece que há um tempo não dá parecer com relação a projetos ora apresentados, mesmo há um bom tempo. Aí teria que também a resolução dizer que, para projetos já protocolados, garante-se o rito anterior, agora me parece que estão aguardando essa resolução para votar, para pegar todos os projetos que até então foram protocolados, daí não dá. Acho que os vereadores que apresentaram PLs em tempo, esses poderiam ficar fora dessa regra nova, ora aqui sendo votada. Eu não sei quem apresentou, não sei o teor dos projetos que foram apresentados, mas eu acho que devíamos ter um estudo mais aprofundado com relação a isso. Então faço um apelo para que os projetos ora protocolados, se votada a resolução favoravelmente, aprovada, mantenham seus direitos, aqueles PLs apresentados em tempo, quando ainda não havia essa mudança dessa resolução. É isso no momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos. Quero agradecer a cedência da palavra do Ver. Adeli; falo em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores. Esse tema da CCJ é um tema recorrente na Câmara, independente de pandemia. Eu acho que aqui é importante a gente desnudar situações como aquela que o líder da oposição, Ver. Oliboni acabou de dizer. É muito comum projetos que são considerados inconstitucionais na CCJ serem depois aprovados no plenário, tornarem-se leis e sequer serem vetados – há inúmeros casos. Eu já vi vereadores subindo na tribuna do plenário da Câmara, na decisão de plenário, dizendo que votarão contra, porque são projetos inconstitucionais. Eu não quero aqui tirar o valor da CCJ, mas nós temos que problematizar esse argumento de que a CCJ seria um órgão técnico e que a técnica estaria acima da política. Esse rigorismo é tudo o que a CCJ da Câmara entende que é constitucional e tudo que ela entende que é inconstitucional. (Problemas técnicos no som.)

Lembrando, como acabei de dizer, mesmo os projetos que foram considerados constitucionais muitas vezes pela unanimidade da CCJ, os vereadores em plenário, ou aqui verbalmente, votarão contra porque entendem que é inconstitucional. Eu mostrei para ele duas decisões de dois tribunais de justiça que tratavam da lei e julgavam constitucional a lei... (Problemas técnicos no som.) Não estou dizendo que os tribunais estão acima da CCJ. Então não é o momento de aumentar o poder da CCJ, eu acho que os vereadores podem no plenário, e continuarão fazendo... (Problemas técnicos no som.) ...da inconstitucionalidade ou ilegalidade para votar contra os projetos. Eu, sinceramente, não posso falar pela bancada e por alguns vereadores que devem concordar, não vejo constrangimento em o projeto chegar ao plenário, isso

revela a adversidade da Câmara, revela a multiplicidade de opiniões. Eu quero que fique preservado o direito dos vereadores que são mandatários, representam parcela da população, possam apresentar projetos e que esses projetos cheguem ao plenário. Eu acho que é um direito do plenário, tanto se fala aqui da soberania do plenário, o plenário é soberano para inclusive... (Problemas técnicos no som.) ...filtro maior que se faça, independente se na Assembleia ou em outras esferas da federação há um rito diferente, nós queremos que a Câmara Municipal de Porto Alegre continue preservando a pluralidade e essa adversidade através dos projetos que chegam pela CCJ. Mas vejam só, esse argumento do empate tem sentido quando há uma tramitação normal, do direito de o projeto tramitar nas outras comissões. O critério do empate só na CCJ nós estamos fazendo um filtro muito forte e não permitido que chegue para a soberania do plenário se manifestar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. José Freitas está com a palavra encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, muito boa tarde. Esta emenda da bancada do Republicanos, este vereador e do Ver. Alvoni Medina, também subscrevem os vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga que, no período que ficou aberto para emendar eles assinaram também. Eu fiz aqui, para uma reflexão, alguns tópicos só para os colegas refletirem juntamente conosco. Esta emenda poderá ocorrer passando o projeto, um projeto voltado para enfrentamento de pandemia, não possa ser avaliado a tempo e será avaliado somente após a volta normal das atividades e, aí, o projeto perde o objeto. A Resolução poderá cercear o direito do proponente que não terá mais 24 horas para corrigir o projeto e o projeto será analisado somente no âmbito da CCJ – olha o detalhe – com decisão terminativa sem oportunidade que o plenário possa decidir sobre a matéria. A gente vê que, passando esse projeto, estamos dando plenos poderes somente a CCJ e impede que todos os demais colegas debatam sobre qualquer matéria. A emenda visa permitir que os projetos cheguem no plenário ainda que tenham existência de óbice não unânime para que a maioria da Casa decida sobre a matéria e permite também o arquivamento do processo, se todos vereadores da CCJ acolherem o parecer com existência de óbice do relator. Então, é dessa forma que nós enxergamos que, passando esse projeto, a gente vai deixar... (Problemas técnicos no som.) ...todos os vereadores discutindo qualquer matéria que for protocolada nesta Casa e é por isso que nós protocolarmos esta emenda. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro, só uma pergunta para o Ver. José Freitas: qual é a sua emenda?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Airto Ferronato, a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores nominados, estabelece duas hipóteses: a primeira, aprovado o parecer pela unidade, o projeto iria para o arquivo e a outra hipótese é que, aprovado sem unidade, a matéria seria encaminhada para a Ordem do Dia.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado. Eu concordo com as manifestações primeiras de que, na verdade, com a aprovação da emenda, nós voltaríamos ao que está hoje. Nós tivemos uma reunião da Mesa Diretora e eu, assim como todos os colegas da Mesa votamos favoráveis a esta proposição que estamos agora discutindo. Acredito, sim, que, se votarmos projetos que são flagrantemente inconstitucionais, vai trazer problemas para toda a Câmara. Portanto, o projeto em si já disse que votaria favorável e mantenho essa proposição que aprovamos porque essa é uma proposta da Mesa Diretora. Eu estava ouvindo e começo com a proposta do Ver. Oliboni que diz que aqueles projetos que estão em tramitação agora continuariam com o rito que existe hoje, e aprovaríamos uma proposta para os projetos que venham a partir de agora. E para isso, seria importante e oportuno que o Ver. Oliboni apresentasse uma emenda nesse sentido de que os projetos que estão em tramitação seriam votados com o rito que temos hoje. Para não mudar o jogo neste momento, eu acredito que até satisfaria a uma grande parcela dos nossos colegas vereadores, até porque, pelo o que estamos ouvindo, temos uma coisa mais ou menos parelha, muito são favoráveis ao projeto e outros não. Então estou ratificando e clamando ao Ver. Oliboni que, se acha que é importante – e eu também vejo que pode ser assim –, seria, eu acredito, uma saída que poderia agradar a todos, seria aprovar um projeto que seja a partir dos projetos que sejam apresentados agora. Um abraço.

(Não revidado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento para auxiliar no trabalho. Sobre o questionamento levantado pelo Ver. Airto Ferronato, só não estariam ao alcance da resolução aqueles projetos que já estão na Ordem do Dia, os demais, uma vez publicada a resolução, correrão sob as normas da resolução. Por outro lado, na fase em que o projeto está sendo apreciado, não caberiam mais emendas. Esses são os registros.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado; saudação ao Presidente, aos colegas todos. Primeiro eu quero dizer que tenho um enorme respeito e consideração pelos colegas da CCJ, é uma comissão muito importante; talvez a mais

importante das Casas Legislativas seja a Comissão de Constituição e Justiça. E a nossa não é diferente, é formada por vereadores muito capazes, cada um deles estudou e sabe o nosso regulamento, as condições para algo ser ou não constitucional. A Câmara já pagou muito mico, teve que discutir muitos vetos por serem inconstitucionais. Eu tenho o maior cuidado quando apresento um projeto – antes eu consulto e reconsulto, faço as minhas assessorias discutir para ver se o projeto é constitucional. E não poderia ser diferente. Eu escuto muito bem o Ver. Oliboni, o Ver. Sgarbossa, que são os dois vereadores, provavelmente, que mais apresentam projetos inconstitucionais na Casa. Eles têm todo o direito; agora a Comissão de Constituição e Justiça tem o dever de dizer que são ou não inconstitucionais. Eu acho que é por aí, eu concordo com o Ver. Cassiá, que foi o primeiro a se pronunciar sobre isso; Cassiá, eu concordo contigo. Eu preferiria que fosse igual na Assembleia: passou, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, vai a plenário; se não for, não vai, senão não tem sentido passar na Comissão de Constituição e Justiça. Isso é um absurdo, ter um voto político, porque nunca é constitucional ou não, é voto político, e com esse voto ser obrigado a fazer perder tempo, em nome de um panfleto que vai seguir em algum bairro, porque muitos desses projetos são feitos, não para serem aprovados, são feitos para denegrir os vereadores que votaram contra, usam muitos desses projetos para espalhar os vereadores que votaram contra absurdos. Então, o MDB tem uma representante na Mesa, que é a Ver.^a Lourdes, e não temos nenhum na Comissão de Constituição e Justiça, mas eu me sinto muito bem representado e orgulhoso por todos vereadores que estão nessa comissão. Então, voto pelo projeto da Mesa e da CCJ e voto contra a emenda, porque acho que já passou, chega de absurdo oportunista; desculpem, meus colegas, mas muitos desses projetos são oportunistas, e nós pagamos mico aqui fora, porque tem muita gente acompanhando a Câmara, e muita gente sabe o que é constitucional ou não. Então, voto a favor do projeto, contra a emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Eu só quero lembrar aos colegas vereadores – por isso que eu pedi licença ao Ver. Márcio Bins Ely e ao Ver. Bosco para me manifestar em relação ao projeto – que o princípio que norteia o nosso Regimento, baseado na Constituição, é o respeito às minorias; por isso para uma CPI bastam apenas 12 assinaturas, para que as minorias possam ter voz e vez na Casa. É isso que norteia o nosso Regimento; do jeito que está, nós estamos tirando direito; aliás, quero lembrar aqui que recentemente dois projetos com objetos muito parecidos tiveram pareceres diferentes e duas votações diferentes na Casa – o do Ver. Valter foi aprovado, e o meu não foi aprovado. Bom, por quê? Porque a CCJ é composta por componentes da base do governo que tomam decisão política; então há dois pesos e duas medidas. Eu

relatei, já falei aqui fortemente em relação a isso; aliás, dentro dessa excepcionalidade em que estamos vivendo, não há nenhum parecer prévio da Procuradoria. Então, vamos combinar, é claro que causa algum constrangimento, por projetos que são inconstitucionais, em alguns vereadores, mas o constrangimento é de quem propõe, não para quem vota contra... (Problemas técnicos no som.) ...do projeto no plenário – eu voto contra, mas que dê o direito ao vereador, aos partidos, àqueles que não compõe a base que são a minoria, poder aqui propor. O que estamos dando é para um seletivo grupo, com todo o respeito que compõe a CCJ, definir – os 36 vereadores, a maioria que está lá, toda representatividade política da cidade – o que deve ser e o que não deve ser; aliás, eu quero lembrar que sobre inconstitucionalidade, não é apenas proposta de vereadores, vários projetos que vieram do Executivo têm altamente questionáveis a sua constitucionalidade, já fizemos debates aqui na câmara. Então, ferir os princípios da constituição é não garantir o direito às minorias, é não garantir que os partidos, que os vereadores possam tramitar. O que me parece é que a CCJ quer aqui plenos poderes e sabe que a maioria é tida por uma base do governo que compõe a CCJ e que isso tira o bom trâmite; é por isso que muitas propostas estão parando no Judiciário, porque quando querem se sobrepor, quando querem fazer instrumentos regimentais terem mais força que é aquilo que realmente representa o Parlamento, a representatividade democrática que são os 36 vereadores. Por isso que quero aqui falar francamente: esse projeto, embora seja excepcional para esse caso, ele vai ao encontro do que o prefeito Marchezan tem feito, não dialogado com essa Casa, que é o que ele não fez até agora, não veio à Câmara, não dialogou, não discutiu projetos, e as iniciativas acabam sendo desvalorizadas; aliás, por uma parcela da mídia, aquela mesma que tem apoiado todos os absurdos desse governo; então, eu quero resumir, finalizando a minha fala, dizendo que o está colocado pela CCJ é altamente inconstitucional, porque fere o princípio da minoria que é aquilo em que se baseia a democracia representativa. O vereador é um excelente advogado, mas é um vereador de primeiro mandato, vai aprender ao longo da sua caminhada que a democracia representativa tem que ser respeitada, para que a gente possa garantir que as minorias tenham vez, voz, para que não sejamos um instrumento, um aparelho do Executivo, que não tenham um alinhamento automático, que o plenário possa definir os rumos da cidade. E aqueles vereadores que acham... (Problemas técnicos no som.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Houve um problema no som do Ver. Mauro Zacher, creio que ele já havia concluído o seu pronunciamento. Primeiramente, temos que fazer uns ajustes nos registros. O Ver. Aldacir Oliboni está pedindo para registrar que ele falou, na verdade, como coautor da emenda, desta maneira, o Ver. Prof. Alex Fraga falará pelo PSOL e, depois, o Ver. Roberto Robaina falará pela oposição. Antes, o Ver. João Bosco Vaz está pedindo a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Questão de Ordem): Sr. Presidente e Diretoria Legislativa, já que não há mais tempo hábil para se fazer emenda, e eu acho justo que os projetos que já foram protocolados não sejam alcançados por essa decisão, se for aprovada. Eu pergunto: na redação final, não tem como ajustar isso? Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, de fato, nós não podemos alterar a redação final, porque ela seria uma matéria que não foi objeto de deliberação. Isso é só uma questão interpretativa, possível, eventualmente, resolver essa questão, mas é meramente interpretativa.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores. Eu estou escutando atentamente aqui o debate, um debate bastante produtivo, mas eu precisei me inscrever porque o Ver. Ricardo Gomes citou meu nome anteriormente, e eu gostaria de esclarecer alguns pontos. Todos sabem a composição atual da CCJ, por mais que ela seja ou tenha a finalidade de ser a comissão mais técnica da Casa Legislativa, a CCJ, como todas as outras comissões, é permeada por orientações e decisões políticas, obviamente. Dentro da composição da CCJ, nós temos, atualmente, quatro vereadores que são de partidos da base governista: um vereador do PL, que é inclusive líder do governo, que é o Ver. Mauro Pinheiro; nós temos o líder do PTB, que é outro partido da base governista, que é o Ver. Cassio Trogildo; e dois vereadores do Democratas, que também é base governista, o Ver. Mendes Ribeiro, que é líder do Democratas, e o Ver. Ricardo Gomes. Portanto, de qualquer forma, por mais que o Ver. Ricardo Gomes não goste de dizer que ele é de um partido da base do prefeito Nelson Marchezan Júnior, ele é integrante, pois ele saiu do PP, que era um partido independente, agora, ingressou no Democratas, que é um partido do governo. Então o governo sempre vai ter os quatro votos necessários para tramitação de todos os seus projetos. Por outro lado, os vereadores independentes e os vereadores do bloco de oposição poderão ter duras penas, muita dificuldade em colocar os seus projetos para votação nesse sistema remoto que nós estamos trabalhando e está funcionando muito bem.

Eu cito um exemplo bastante singelo: a Ver.^a Cláudia Araújo protocolou um projeto sobre o retorno paulatino das atividades das escolas de educação infantil. Eu, particularmente, não vou votar favorável a esse projeto, mas eu compreendo o mérito e toda preocupação que a vereadora tem com relação justamente ao atendimento daqueles profissionais que continuam trabalhando, neste momento de crise, como, por exemplo, os profissionais da área da saúde que estão na ponta do enfrentamento desta crise. O projeto da Ver.^a Cláudia Araújo não poderia ir à votação, ele ficaria trancado por essa modificação dos critérios, do regramento do nosso sistema de votação remota. Não acho que esse projeto deveria ser represado, não penso isso. A vereadora tem legitimidade para propor essa intervenção, essa modificação; e, por mais que eu seja contrário a essa

diretriz, porque eu não vejo como dar segurança ao atendimento das crianças nas nossas escolas, porque conheço um pouco da realidade das escolas de educação infantil do nosso Município, eu sou contrário, mas eu acho que a vereadora tem toda a legitimidade. A cidade precisa discutir, e os vereadores têm a responsabilidade de votar esse tema, esse projeto entraria na tramitação normal, ou seja, é um projeto de enfrentamento direto a este momento de crise. E é um projeto que, se precisasse passar por todas as comissões, uma a uma, não seria votado agora, só se seria votado no momento em que nós tivéssemos novamente a normalidade do funcionamento da Câmara e da tramitação regular dos projetos. Portanto, perderia todo o sentido prático essa iniciativa legislativa da Ver.^a Cláudia Araújo. Eu citei esse projeto como exemplo porque é um projeto muito ilustrativo, e esses projetos são a principal finalidade do nosso sistema de votação remota, que é justamente para acelerarmos e votarmos projetos que façam enfrentamento neste momento de crise na área da saúde. Então, muito obrigado. Nós, do PSOL, vamos votar contra o projeto, mas votaremos a favor da emenda que diminui os problemas ocasionados por essa iniciativa. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde a todos.

Entrando no mérito, quando o Ver. Mauro Zacher colocava o aspecto inconstitucional desta proposta, ele argumentava uma questão que é correta: o direito à minoria – o Regimento da Câmara e a Constituição preveem esse direito. O processo legislativo dá muita importância para a questão da minoria, justamente porque o processo legislativo busca contemplar o conjunto da sociedade e o conjunto dos pensamentos políticos, mas é mais grave do que isso: a inconstitucionalidade desta proposta. Por isso que eu acho grave que venha da CCJ, porque a CCJ apresenta uma proposta inconstitucional. Olha que interessante: o Bosco e o Cassiá corretamente refletiam o incômodo que eles têm, e eu, em alguns casos, também me incomodo quando a Câmara aprova projetos inconstitucionais. Nós conhecemos isto: às vezes, há projetos que são apresentados que são muito ruins, são muito sem fundamentação. Isso acontece, e todos nós estamos sujeitos a críticas um dos outros em relação a isso; o que eu considero absurdo, o outro pode considerar correto, e vice-versa. Mas o mais grave, neste caso – e me chama a atenção que a CCJ apresente isso –, é que a Câmara, a CCJ não pode fazer uma proposta que paralise o processo legislativo – é disso que se trata. O Ver. Prof. Alex Fraga acabou de falar dando o exemplo da proposta da Ver.^a Cláudia. Nesta proposta da Mesa, se uma proposta tem que ir para as comissões, para poder ser aprovada, isso significa parar o processo legislativo, na medida em que as comissões não estão funcionando. Isso é inconstitucional, a CCJ não tem o direito de parar o processo

legislativo, não tem esse direito. Isso é inconstitucional, não é um problema de minoria ou maioria nesse caso. É um problema que não cabe a nenhum órgão da Câmara, nem ao plenário; o plenário não pode votar suspensão, por maioria, do processo legislativo, não pode. O que é isso? Isso é um precedente muito grave. Eu apelo para que esse tipo de proposição não seja levado adiante. É óbvio que eu tenho uma opinião política, que a CCJ, como muito bem disse o Alex Fraga, tem uma composição política, que a composição da CCJ é, sim, de maioria do governo, e por isso, também, o projeto do Mauro Zacher não foi aprovado. Essa é a minha convicção política, sou sincero nisso. Mas o problema maior aqui é o seguinte: não pode parar o processo legislativo, ele não pode ser interrompido e, na medida em que tem uma proposição que diga que determinados projetos, para andar, têm que, agora, passar pelas comissões, e as comissões não estão funcionando, isso quer dizer, na prática, que esses projetos vão parar. O processo legislativo não pode parar, mesmo que a CCJ, por maioria, não concorde com ele, pois outras comissões podem concordar. Só que, se essas comissões não estão funcionando, quer dizer que o vereador proponente de tal matéria vai ter o seu direito de legislar totalmente afetado. Nós, do PSOL, eu quero deixar claro, estamos prontos para ir à Câmara de Vereadores, presencialmente, para debater, inclusive para fazer funcionar as comissões, nós não aceitamos parar o processo legislativo. Aceitamos um processo remoto? Aceitamos, desde que o processo remoto garanta o direito ao processo legislativo pleno. Processo legislativo pleno de modo remoto, *o.k.*; agora, processo legislativo que tire o direito dos legisladores de trabalhar, isso nós não aceitamos. Por isso somos a favor da emenda e contrários à proposição de um projeto apresentado, estranhamente, pela CCJ, que deveria, justamente, preservar e defender o que é constitucional. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Vereadores. Olha eu ouvi muitas palavras, golpe, tirar o direito dos vereadores, governo, oposição. Acho que não é nada disso, é a vergonha que está a Casa; nós estamos, há tempo, falando isso para vocês, para todos os vereadores. Nós aprovamos, há um mês, que é obrigatório o uso de máscara, álcool gel, pano com não sei que, não sei que, não sei que, não sei que. Aprovamos. Depois disso, entraram cinco projetos falando a mesma coisa E aí os vereadores fizeram (Problema técnico no som.). Que isso, gente? Que absurdo! Estão ameaçando, vamos voltar para o plenário, mas vamos voltar para o plenário. Quero ver se a justiça vai deixar nós trabalharmos no plenário como bancada. Vamos ter que chamar somente suplente para assumir. Dou um exemplo, a bancada do PP... Se for para cumprir a lei, vamos cumprir a lei; na bancada do PP, ninguém pode trabalhar; na do MDB, ninguém pode trabalhar. A Câmara não pode funcionar, porque não tem ventilação natural no nosso plenário. Então, vamos

parar com essa baboseira aí, esse discursinho, vamos fazer as coisas com seriedade. Se está se fazendo isso, é porque está tendo atrocidade, que é fundamentada de inconstitucional, é fundamentada nos vícios, e ninguém está tirando o direito de ir para plenário, ninguém está tirando o direito de o projeto ser votado ou não. Eu tenho um projeto que protocolei no início da legislatura, autorizando abertura das creches sábado, domingo, feriado e fim de semana, tudo, até as 22 horas. Aí, mudo o meu projeto, boto uma emenda no meu projeto, dizendo que em virtude do Covid... O que é isso, gente? Nós estamos de brincadeira aqui, estamos passando o atestado de incompetência, nós estamos brincando de fazer projeto para pandemia, nós estamos brincando de fazer projeto para resolver a vida das pessoas. Ninguém está aqui querendo tirar o direito de ninguém, ninguém está aqui querendo proibir as pessoas de fazerem projetos, apresentar projeto, só que o projeto vai ter que ser bem-feito, me desculpa, vai ter que ser bem-feito, não é cópia, cola, troca de uma vírgula e mandar o projeto para CCJ, seja lá quem for. Se a CCJ está funcionando virtualmente, qualquer outra comissão que se sentir prejudicada pode entrar com requerimento no plenário e funcionar também de forma virtual. Ninguém está falando de programa, estamos falando de projetos altamente emergenciais, estamos falando de projetos que tratam da situação de pandemia em que o mundo está vivendo, que trata da situação de oitocentas mortes, por dia, no Brasil. É isso que nós estamos tratando, é só disso que estamos tratando, ninguém está tratando de nenhum outro projeto ou da parte parlamentar da Câmara de Vereadores, do direito de falar, de votar, de apresentar projetos pelos vereadores, ninguém está fazendo isso. Ninguém está deixando uma gandaia o negócio, pelo contrário, nós queremos só criar uma regra para esse período, uma regra para que não se copie e cole Covid-19 em tudo e que tudo vá para o plenário, que este seja constrangido. Os vereadores têm projeto que podem apresentar legal, depois fazem cartazes e panfletinhos e botar na rua. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/20, como coautor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos vereadores, especialmente cumprimentando o Presidente Pujol, cumprimento todos os demais. Ouvi atentamente todas as manifestações, conversei também com o Ver. Mauro Zacher, que já se pronunciou com relação a essa iniciativa, e gostaria de dizer que, na minha última intervenção, quando tive a oportunidade, na reunião de lideranças, reiterarei o entendimento que parametriza aquilo que está regrado no nosso Regimento, ou seja, a intenção de que os projetos que tiverem pareceres contrários em todas as comissões não vão para o plenário. Quando nós formatamos a primeira, digamos assim, organização relativa à tramitação em tempos de pandemia, pensou-se, em vez de fazer o parecer da CCJ, em pareceres das comissões conjuntas. Eu acho que uma forma, conversando com o Ver. Alvoni, que fez a emenda, é enviar ao plenário, mesmo com um ou dois votos

contrários, se não me engano. Eu acho que, seguindo essa lógica de raciocínio... Eu defendo, inclusive, que nós pudéssemos abrir as comissões, eu venho defendendo, tentando protagonizar algum retorno, de alguma forma, ainda não sei como, semipresencial, enfim. Se nós tivermos um parecer na CCJ pela existência de óbice, e ele passar à tramitação seguinte, que é ir para as comissões, só podendo ser votado em plenário se em alguma das comissões não tiver voto contrário, ou seja, pelo menos empatado ou no mérito aprovado. Se permitíssemos que o parecer que sai da CCJ com parecer pela existência de óbice seja votado, estaríamos indo contra a regra geral da tramitação processual na Câmara. Então essa foi a minha argumentação, eu conversei com a Ver.^a Mônica, com o Ver. Mauro e entendo que nós deveríamos, já que neste momento não dá mais para fazer emendas, ver de que maneira as comissões voltem a ter algum protagonismo. Não só a CCJ deve estar funcionando, e a gente voltar a atuar através dos pareceres das reuniões das comissões conjuntas, que se faça um rearranjo. Fez-se um rearranjo para estancar um problema que foi constatado, por exemplo, aquela situação envolvendo o projeto do Ver. Valter Nagelstein – que isentava o pagamento do IPTU e que saiu da CCJ com parecer pela inexistência de óbice – e o projeto do Ver. Mauro Zacher – que era para fazer uma moratória – saiu com óbice. Então, o parecer do Mauro não iria a plenário e o do Valter iria. É, essa condição está sendo votada hoje, está sendo proposta hoje. Então, eu acho que, de alguma maneira, nós precisaríamos ver como poderíamos reestabelecer alguma tramitação, a partir deste novo entendimento, no sentido de que, para ir ao plenário, tem que sair da CCJ com parecer pela inexistência de óbice ou empatado. E veremos de que maneira isso pode ser melhor aperfeiçoado, se vai ser o retorno da Comissão de Saúde, o retorno com a CEFOR, que analisa a questão de custos, ou se aqueles que tiverem óbice, na CCJ, serão apreciados em reunião das comissões conjuntas. Isso nós temos que aperfeiçoar num segundo momento. Meu tempo está esgotando, o meu entendimento, a minha convicção é de que o parecer por óbice na CCJ, se não estiver empatado, não habilita o projeto a ir para o plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Não temos mais inscritos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito que o Diretor Legislativo proceda à chamada nominal para votação da Emenda nº 01 ao PR nº 009/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PR nº 009/20. (Após a chamada nominal.) (Pausa.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PR nº 009/20 por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Solicito que o Diretor Legislativo proceda à chamada nominal para votação do PR nº 009/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal o PR nº 009/20. (Após a chamada nominal.) (Pausa.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PR nº 009/20 por 20 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h08min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Solicito que o Diretor Legislativo proceda à chamada dos seis integrantes que se encontram inscritos para este período.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estão inscritos nas Comunicações – grupo 3 – os Vereadores Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Luciano Marcantônio e Roberto Robaina.

Considerando que o Ver. Mendes Ribeiro solicitou inscrição para uma Comunicação de Líder, o que tem preferência, passo a palavra ao Ver. Mendes Ribeiro para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores, foi uma tarde de discussão muito madura dos colegas, escutei atentamente a fala de todos. Quero cumprimentar a CCJ, da qual faço parte; quero cumprimentar a Mesa Diretora por entender a importância do projeto; e cumprimentar o conjunto dos vereadores que o aprovaram. Não tenho dúvida de que será um projeto importante para Casa e que vai trazer muito mais seriedade, credibilidade, responsabilidade e – não tenho dúvidas – celeridade para os projetos num momento tão difícil que estamos enfrentando, e os projetos que estamos votando dizem respeito à pandemia. Tenho certeza de que foi um projeto importante. Todos vocês sabem que, desde o meu primeiro ano de mandato, tenho estado à frente da CCJ; é um trabalho duro, é um trabalho difícil. Muitas vezes, nos vemos numa situação constrangedora ao dar um parecer contrário àqueles projetos que achamos importantes e fundamentais, mas, na CCJ, o que tem que valer mesmo é a constitucionalidade do projeto.

Eu acho muito engraçado que vereadores falem na questão de ser uma casa política e, numa casa política, deem preferência ao parecer do procurador do que ao parecer do colega. Na Assembleia, procurador não dá parecer, quem dá parecer são os membros da CCJ, são os colegas deputados. Acredito que nós temos que ter mais

confiança na CCJ. É trabalho árduo, é um trabalho difícil, e eu posso dar um exemplo do projeto da Cláudia, o qual acho um projeto extremamente importante, porém votei contra – projeto que tem coautoria de um colega da bancada do DEM – por entender que o projeto é inconstitucional, mas com mérito na sua descrição. Então, era isso, Presidente, Diretor. Gostaria de agradecer ao Mauro pela oportunidade de falar pelo governo, é a primeira vez que usa a liderança do governo e para cumprimentar. Acho que foi uma decisão madura da Câmara aprovar este projeto de resolução, tenho certeza de que vai ser bom para nossa imagem para fora, para sociedade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações (Pausa.) Desiste. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Quero cumprimentar o Presidente da Câmara, Ver. Reginaldo Pujol, e os colegas. Quero lastimar que este projeto tivesse sido aprovado, porque eu vejo que o aumento da restrição coloca em risco a tramitação de muitos projetos. Sobre a questão da constitucionalidade, a CCJ sempre teve um primeiro enfrentamento, mas nem todos os projetos são claros, daí que o plenário, avaliando o parecer da CCJ, acaba dando a palavra final, não somente sobre o mérito, mas, também, sobre as questões legais. Nunca se deve esquecer que a CCJ não é um tribunal de constitucionalidade, embora tenha atribuições técnicas, e que é composta por legisladores, por político, por vereadores. Eu vejo com muita preocupação pois os componentes, na sua grande maioria, são do governo. Eu queria deixar clara a minha preocupação sobre isso. Quero, também, falar sobre essa questão... Quanto tempo eu tenho diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Três

minutos e trinta segundos, vereadora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu queria aproveitar e entrar na linha que eu tenho falado sempre nessa questão da crise econômica gerada pelo isolamento social, devido ao coronavírus e à situação do comércio em Porto Alegre. Eu creio que é válido o esforço de todos – governo, sociedade – para evitar a estagnação da economia e diminuir o drama dos pequenos empreendedores. Ampliando a situação, só para falar em números, uma sondagem recente, feita pela Confederação Nacional da Indústria, aponta que 91% da indústria brasileira relata impactos negativos por causa da pandemia. Três, de cada quatro empresas, apontaram queda da demanda por seus produtos, sendo que metade delas observa que a queda foi intensa; 77% dos empresários

identificaram que houve diminuição da oferta de matérias-primas e de insumos para a produção, pois o acesso a esses insumos ou matérias-primas para a produção também já colapsou. Eu sou defensora – e por onde tenho andado falo isso com muita tranquilidade – de que nós não podemos separar saúde de economia, economia também é saúde. Eu sou defensora da volta gradual e cuidadosa da economia, desde que todos adotem todas as medidas possíveis de higiene e regramentos para abrir seus empreendimentos, porque a situação está cada vez mais grave, está ficando insustentável, porque as pessoas estão com fome e não têm comida; os diaristas trabalham durante o dia para comer à noite. E enquanto o governo estadual e o governo municipal não entrarem em sintonia, não vamos começar a nos recuperar, e a conta disso são pessoas passando fome, morrendo de fome, famílias desesperadas. Também trago uma informação importante sobre as medidas que estão sendo adotadas pelo Sindilojas de Porto Alegre para enfrentar a crise, voltar às atividades com responsabilidade e evitar a avalanche de demissões e de desemprego. O Sindilojas está negociando para comprar testes de Covid-19 para controle dos comerciários, que poderão voltar ao trabalho com segurança. O Presidente do Sindilojas Paulo Kruze, na liderança do setor, pede que todos os lojistas ajam com honestidade, com correção; quem agir com as expertises do seu trabalho, do seu negócio não vai ter problemas, vai continuar e vai recomeçar, mesmo faturando menos, mas, independentemente dos picos e da surpresa dessa doença desconhecida, esses lojistas estarão aptos a, com muito mais experiência, tocar o seu negócio. Junto com o Paulo Kruze, cito dois outros empresários experientes e conhecedores da realidade que deveriam ser ouvidos antes de se colocar qualquer decreto na rua, que são Paulo Afonso Feijó, que já foi Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, e Luiz Carlos Bohn, Presidente do Sistema Fecomércio SESC/SENAC – Rio Grande do Sul. E, neste momento, chega-me a notícia de que 600 mil pequenas empresas fecharam as portas por causa do coronavírus, quase nove milhões de funcionários foram demitidos em razão dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. É o que mostrou o levantamento feito pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. A pesquisa também mostra que 30% dos empresários tiveram que buscar empréstimos para manter o seu negócio, mas o resultado não tem sido positivo: 29,5% desses empreendedores ainda aguardam uma resposta das instituições financeiras e 59,2% tiveram seus pedidos negados. Então, é com muita preocupação que eu falo aqui, no meu período de comunicações. Lastimo, mais uma vez, que esse projeto tenha sido aprovado, trará grandes restrições, como eu já disse, muitos projetos serão prejudicados, na minha opinião. E sobre a constitucionalidade eu já me referi, já deixei claro aqui. Uma boa tarde a todos, tenham um bom final de semana.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado Luiz Afonso. Mais uma vez, quero cumprimentar o nosso Presidente Reginaldo Pujol, as senhoras e os senhores vereadores e o público que nos acompanha pela TVCâmara. Eu queria, primeiramente, registrar a harmonia com que nós trabalhamos na Comissão de Constituição e Justiça. Nós temos um nível de harmonia, de formulação e de maturidade que, de minha parte, acho muito gratificante. Eu sou novo na CCJ, no ano passado eu fui para a CCJ, e lá nós temos feito um debate muito produtivo. Quero dizer que me sinto um pouco responsável pela primeira resolução, quando nós acabamos fazendo uma resolução na contramão do que já prevê o nosso Regimento, permitindo que qualquer projeto com apenas um voto divergente pudesse ser votado em plenário. Isso é na contramão do que já prevê o nosso Regimento. E a nossa resolução, agora aprovada, pelo menos traz para a realidade regimental da vida normal. Quero me desculpar – em meu nome, não posso me desculpar em nome dos demais colegas – por algum eventual equívoco que a gente possa cometer na Comissão de Constituição e Justiça; nós não somos infalíveis. Mas quero registrar que essa alteração não foi uma questão de governo. Foi um debate que começamos despretensiosamente, na sexta-feira passada, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, numa reunião sugerida pelo colega Mendes Ribeiro, e nós acabamos avançando, quando tivemos a unanimidade da comissão, no sentido de que deveríamos propor uma alteração. No retorno do projeto, que foi apresentado pela Mesa – porque só a Mesa assim pode apresentar -, nós tivemos unanimidade na aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, porque a proposição da Mesa é constitucional. Quero dizer que, na CCJ, nós temos uma pluralidade de representação, nós temos todos os segmentos, hoje, da Casa representados: temos a oposição, temos os independentes, temos, sim, a base do governo. Eu que sou o líder do PTB – que faz parte da base –, gostaria muito que, na CCJ, o governo tivesse a maioria e, inclusive, gostaria muito que o Ver. Ricardo, que é um competente vereador, pudesse realmente ser da base do governo, como já foi, no início do governo, quando era do Partido Progressista. Infelizmente, ele não é da base e, muitas vezes, é um adversário muito capacitado, muito competente, com quem temos tecido diversos exercícios de dialética na tramitação de diversos projetos. É muito difícil, inclusive, contrapô-lo, porque ele é um operador do direito muito capacitado, mas, como eu disse, infelizmente não é da base de apoio, apesar do seu partido, o DEM, compor a base. Ele, vereador, individualmente, não compõe essa base. Eu quero respeitar as opiniões, como sempre o faço, daqueles que votaram favoráveis à aprovação da resolução, daqueles que votaram contrário, daqueles que tinham a opinião de aprovar e acabaram mudando de opinião. Mudar de opinião também faz parte da regra do jogo, pois, antes de votar, o voto não está definido. Mas eu creio que nós teremos um funcionamento agora, nesse período de excepcionalidade, mais dentro de uma realidade, de uma normalidade. Eu, particularmente, não estava confortável com a quantidade de projetos claramente inconstitucionais que estavam indo ao plenário. Quando chega ao plenário, não se vota mais a constitucionalidade, aí se vota o mérito, e acabamos todos ficando numa situação bastante constrangedora, porque, muitas vezes, concordamos com o mérito, mas não deveríamos estar votando, porque os projetos são

clara e frontalmente inconstitucionais. Logicamente que nós não somos um Superior Tribunal Federal, mas é à CCJ que cabe dar esses pareceres prévios. Desejo a todos que tenham uma excelente quantidade de trabalho, mesmo que virtualmente. Estou com muita saudade de todos vocês, e espero que logo possamos passar por esse momento de pandemia e nos encontrar pessoalmente. Obrigado. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, novamente, aos que ainda permanecem na sessão. Tenho feito várias conversas com o pessoal de bares, de restaurantes, de pubs, de lojas – segmento do qual participo -, de pequenas lojas, lojas de rua, lojas de bairro, com alguns trabalhadores de aplicativo, e, como a Ver.^a Mônica falou há pouco, o pessoal está passando por muitas dificuldades. Ainda ontem, conversei com um grupo de donos de bares, e as dificuldades têm sido grandes. Nós encaminhamos um pedido formal ao governador, encaminhamos também um pedido ao prefeito de Porto Alegre para liberar linhas de crédito em Porto Alegre, usando o fundo de desenvolvimento econômico, fundo do trabalho, fundo do mercado, para ajudar essas pessoas que vivem com o aluguel batendo na sua porta. O governo possibilitou fazer o acordo, por meio da PEC, no qual 70% de todo o salário, até o teto do seguro desemprego, é pago pelo governo federal, só que a empresa tem que pagar os outros 30%, e é preciso dinheiro. Eles compram insumos, e se olhar na cidade, tem restaurante, pizzaria, bar anunciando seus produtos a preço de custo; deveriam ter uma quantidade grande de bebidas, vinhos, cervejas, queijo, presunto, uma série de coisas, e estão vendendo a preço de custo. É a dificuldade dessas pessoas que vem aumentando. Motorista de aplicativo vem passando por dificuldades, motorista de táxi vem passando por dificuldades, assim como pequenos empresários e comerciantes. Faz-se necessária uma linha de crédito do Banrisul, facilitada, uma série de coisas, porque nos bares e lojas, que estão abertos e estão vendendo por telentrega, para buscas, o faturamento, a venda não está chegando a 20%, e a margem de lucro dessas empresas é mínima. Então, é necessário um aporte do Fundopem, é necessário um aporte do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social, é necessário aporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, é necessário um aporte do Estado, do Município e da União para essas pequenas empresas que são as maiores geradoras de emprego. Em função disso, nós já protocolamos emendas aos projetos que querem liberar dinheiro para o sistema de transporte em Porto Alegre. Se o sistema de transporte está passando por dificuldades na cidade de Porto Alegre, vocês imaginem esses pequenos que têm dois, três funcionários, os restaurantes do Mercado Público que não podem vender, as floristas do Mercado Público que não podem vender, que não podem abrir, os pubs que funcionam à noite, os bares e restaurantes da Cidade Baixa. Como é que o cara vai fazer um *kit* de cerveja para levar para casa se tu compras no supermercado, os que vendem

cervejas artesanais.... Uma série de dificuldades, as pessoas não estão saindo, não estão comprando... É imprescindível que, se houver aporte em algum setor econômico na cidade de Porto Alegre, esse aporte seja destinado a todos, não a um setor só. Todo mundo está passando dificuldades, várias empresas deram um período de férias, fizeram acordo de redução de salário de seus funcionários, aderiram aos programas de governo, as pessoas estão se virando em uma série de atividades. E uma coisa que eu não entendo, e também fiz um pedido de esclarecimento à Prefeitura: o vírus circula, e não é à toa que ele chegou aqui, porque o pessoal foi para a Europa, foi para os países asiáticos, o pessoal circulou, foi para os Estados Unidos, Canadá, circulou e chegaram aqui com o vírus. Como é que o pessoal pode ir a um restaurante em Canoas? Como pode ir a um shopping em Canoas? Como é que tu podes ir a um restaurante em Gravataí? Em Porto Alegre, não pode ir ao restaurante, não pode ir ao shopping, se o vírus circula? A nossa bandeira é laranja e, pelo decreto do Estado, possibilitaria que as empresas atuassem com 50% de seus funcionários, respeitando as medidas de segurança, como distanciamento, máscara, álcool gel, esterilização. Agora, o que não pode é essas empresas nossas... Tenho certeza de que vai triplicar o número de empresas fechadas, e hoje nós já estamos beirando os 20 milhões de pessoas desempregadas. A projeção do Caged, a projeção das entidades patronais, de trabalhadores, das centrais, das confederações é de que, em agosto, se chegue a 31 milhões de pessoas desempregadas. Essa é a grande pandemia, essa vai ser a pandemia que vai atingir a todos. A pandemia está matando 800 pessoas por dia, 800 pessoas morreram ontem no Brasil, mas vocês têm que ver o número de pessoas que estão ficando doentes, o número de pessoas que estão ficando com problemas psicológicos. Então, é imprescindível que a gente, se for dar recurso, distribua esse recurso para todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Novamente, um abraço a todos. Quero parabenizar a nossa bancada, que votou coesa, agora. O resultado de 20 a 16 mostrou que a Câmara está muito dividida nessa questão. Nós precisamos mudar, urgentemente, o nosso Regimento nessa questão. Não precisa ser como na Assembleia, onde são sete integrantes e quatro é maioria, mas precisa ter maioria, pois tu vais afunilando, dando mais qualidade aos projetos e não complicando a vida a CCJ. Nisso, nós temos que nos entender; os 20 a 16 mostraram bem claramente. Interessante é que a emenda também não foi aprovada, ou seja, nem isso que tentávamos fazer hoje e nem aquilo que está no Regimento nos agrada. Isso ficou bem claro, e nós precisamos pensar nisso. O nosso Diretor Luiz Afonso está nos ajudando a modificar, alterar, melhorar essa concepção, porque isso fica ruim nesse aspecto. Quanto ao que a colega Mônica falou, eu concordo com quase tudo, eu acho que nós temos de cuidar da vida, como

estamos cuidando, e o Rio Grande do Sul tem uns casos muito bem localizados em Passo Fundo, Lajeado e em algumas outras regiões; Porto Alegre, graças a Deus, está sob controle. Gostei do Janta hoje: “a Câmara não pode voltar”, “o comércio não pode voltar”, “fecha tudo”, “fica em casa”. O Janta, hoje, já mudou um pouquinho a sua concepção, senti que tem muita gente desempregada e que vai ter milhões de pessoas desempregadas logo ali. Janta, não adianta ter linha de crédito para pagar, pagar o quê? Pagar a demissão? A linha de crédito tem que ser para aumentar, qualificar, crescer a geração de emprego. Na realidade, nós temos que entrar nessa lógica. Dá para fazer as coisas organizadamente, com precauções. Já é obrigado, por exemplo, em todo o Estado o uso de máscara. O pessoal ainda não... Está faltando um percentual se encaixar nisso, mas já melhorou bastante. A Câmara não volta? Como é o plenário da Câmara Federal sem essa questão? Os remotos vão para o remoto, e os mais jovens vão ao plenário discursar. É assim que está sendo feito lá. “Ah, os que têm mais de 60, não podem voltar!” Se tiver todas as precauções, todos os equipamentos na Câmara... Agora, nós estamos discutindo, e não se apresenta nada de concreto em relação ao que nós vamos tratar segunda-feira. Nós vamos chegar lá, novamente, e ninguém se entenderá, uns dirão “não, não abre”, outros “abre”, “não abre”. Não! Para abrir tem de ter estrutura. É verdade, a Câmara tem vários problemas, como o Janta disse, mas nós precisamos nos entender. Acho que dá para nós voltarmos devagar, todo mundo está voltando gradativamente. Acredito que esse aspecto é muito importante.

Para concluir esse raciocínio, nesta semana, apresentei um pedido de informação sobre a vistoria dos 50 viadutos e pontes de Porto Alegre. Fiz, no ano passado, em fevereiro, o pedido e informaram-me que tinham feito em 2018. Agora, eu quero saber se, em 2019, foi feita a vistoria. Cadê os laudos de todos os viadutos de Porto Alegre e, mais especificamente, onde quase aconteceu uma tragédia, o Viaduto dos Açorianos, quase no Centro da cidade? Na minha época, a SMOV fazia, agora não sei, é um monte de secretarias que a gente fica perdido e não sabe quem faz a vistoria. Então, fiz um pedido para a Prefeitura. Embora (Problemas técnicos no som) tenha saído lá da Câmara, nós precisamos ser rápidos nesse pedido de informação para Prefeitura, para não acontecer alguma tragédia ou alguma interdição de viadutos e pontes em Porto Alegre. Abraço a todos, uma boa semana, desculpem o embate, isso faz parte do jogo. Acho que hoje a Câmara amadureceu, discutiu várias informações; uns foram a favor, outros contra. Perder ou ganhar faz parte do jogo, mas tem de debater. Hoje nós debatemos, ficou bem claro quem se posiciona de uma forma ou de outra. Não é nada pessoal, a CCJ tem a sua tarefa, nós queremos ajudar, pois, amanhã ou depois, pode ser um de nós que esteja lá. Então, nós temos que contribuir, sim, com aperfeiçoamentos, com melhorias de entendimento e corrigir se, por eventualidade, tiver inconstitucionalidade. Pior é ir para a justiça causar consternação ou algum confronto com um colega, porque saiu do debate político. Eu aprendi que técnica e política têm que andar juntos, quando andarem separadas, vai dar zebra; nós temos que ser o meio técnico e meio político; meio político e meio técnico. Do jurídico muitos entendem, mas tem a parte da política que a gente aprende com o tempo: ser coerente, ter posições. Nesse sentido, eu fiquei muito tranquilo hoje, pois tive a coragem de começar o debate.

Quero louvar a todos, parabenizar a todos pelo debate, respeitosamente, um confronto de ideias. Eu acho que saímos ganhando bastante hoje desse debate. Um abraço a todos e bom final de semana.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo os nobres colegas vereadores e vereadoras, cidadãos, e cidadãs... (Problemas técnicos do som.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estamos com dificuldade para lhe ouvir, está muito baixo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Vereadores, Vereadores, cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando nesta Sessão Virtual, neste período de liderança, queria me solidarizar com todos os trabalhadores da saúde que estão na linha de frente, na área social, na área da educação. Em muitos governos, não estão recebendo o tratamento devido, porque muitos programas estão sendo destruídos, muitas entidades estão sendo prejudicadas com atrasos de salários. Hoje, dia 14 de maio de 2020... (Problema técnico do som.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está muito baixo, O Presidente está reclamando que está com dificuldade de ouvi-lo. Proponho que passemos para o próximo orador, depois retornamos, se o senhor conseguir uma conexão melhor. Pode ser?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Saudação aos meus colegas, eu queria insistir que o debate tem de ser claro e transparente, por isso nós tentamos um determinado acordo na CCJ. Ouvi, também, que vários colegas estão muito incomodados por não terem conseguido lograr êxito na CCJ, e por isso, inclusive, eu depois acabei indo contra a própria resolução. Ontem, conversei com vários vereadores que estavam com essa preocupação por ser apenas uma comissão.

Dito isso, eu quero tratar, também, da questão da situação econômica e social da nossa população. Quando os que tomaram conta de Brasília e estão fazendo esse escarcéu no planalto central dizem que não tinham ideia dos invisíveis, eu quero dizer, bom, eles não tinham ideia dos invisíveis, porque, sempre, viam o seu lado. Nós

que estamos vendo o lado do povo sempre vimos esses invisíveis. Quem colocou complicações para passar a renda básica emergencial foram os membros do governo, envolvendo esse escândalo com o Exército Brasileiro. Eu tenho vergonha, um país no qual mais de 200 mil pessoas, que não têm nenhuma necessidade, receberam esse benefício, enquanto a senhora que faz limpeza, a população está sendo espezinhada. Nós sabemos que têm pequenas empresas quebrando e nós temos que fazer a união dos pequenos que hoje não se sentem representados pelas grandes entidades. Essa que é a verdade, essa que a é verdade, por isso que nós temos que unir os pequenos, fazer uma campanha para compra local. Eu vejo na internet que o dono Bob's fica alardeando que suas vendas aumentaram em 25%, porque demitiu não sei quantos. Eu espero que ninguém mais entre na baiuca desse cara! Chamo ele de cara, porque é cara mesmo, como ele tem, como o dono do Madeiro, etc. e tal. Vamos comprar o *cheeseburger* da esquina, vamos valorizar o mercadinho local, vamos criar uma nova economia; um outro mundo é possível, porque esse que está aí desemprega: quem começou a botar na rua antes de discutir a questão emergencial do governo federal? Já foram colocando as pessoas na rua. Nós temos, sim, que ter microcrédito. Essa é a discussão na próxima semana na Câmara, eu espero, com as intervenções que fizeram os colegas há pouco, Janta e Cassiá. Vamos discutir, vamos fazer um projeto único dos 36 vereadores e colocar para o Marchezan a questão do microcrédito numa parceria com os bancos estatais ou quem quiser ajudar o pequeno, salvar o pequeno, porque esse é quem vai empregar. Essa é a questão, o resto é muita parafernália. Ficam chorando as pitangas para receber benesses; agora, quem está precisando é o pequeno! Por isso que nós queremos discutir, sim; por isso que nós levantamos a questão da suspensão do pagamento de tributos para os pequenos, diferentemente do embate que nós tivemos com o Ricardo e com outros colegas que tinham uma outra visão sobre a questão da suspensão do IPTU. São visões diferentes, nós temos visões diferentes, somos uma Casa democrática, estamos lutando pelo estado democrático de direito, pelo estado de direito que hoje está sendo espezinhado com essas questões de colocar em questão o Congresso Nacional, o Supremo Federal. Isso é uma vergonha, isso é escandaloso! Tem gente que bate palma para esse bando de fascistas, isso é um bando, é a escumalha da sociedade. Não é sério isso, nós temos que nos rebelar! Na Alemanha, em 1933, começou assim, não se rebelaram contra Hitler, depois foram mortos 6 milhões de judeus. Eu me rebelo, eu reivindico uma tradição que tem que colocar na pauta do dia a dia os esquecidos. Nós não vamos esquecê-los, não vamos decepcioná-los. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Obrigado, vereador. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Queria saudar os colegas vereadores e vereadoras, o público que está assistindo nossa sessão virtual, e me solidarizar, neste período de liderança da oposição, com todos trabalhadores de saúde, de modo especial os que estão na linha de frente no atendimento aos cidadãos e às cidadãs que estão sendo atendidos por apresentarem sintomas e terem contraído o coronavírus. Milhares estão na linha de frente, nas UTIs, nos blocos cirúrgicos, nas emergências, nos postos de saúde, e ainda reclamam pela não universalização e distribuição de EPIs, para que eles possam também ter uma certa proteção. Nesse sentido, com certeza, nós continuamos dizendo ao governo municipal para que ele se preocupe mais com os servidores, como também com hospitais públicos, hospitais filantrópicos, hospitais privados que ainda não estão dando como prioridade a distribuição de EPIs em todas as áreas: lá na emergência, na recepção, ao técnico de enfermagem do leito do paciente, no atendimento ambulatorial, na execução do exame. Não é por acaso que, de ontem para hoje, dia 14 de maio, Presidente, mais uma vez, atingiu-se o recorde de pessoas que perderam a vida: 749 pessoas. Já ultrapassamos os 13 mil mortos, e, infelizmente, estamos em segundo lugar no *ranking* mundial. Isso prova, mais uma vez, que o governo federal não está dando a devida importância; ele fala todos os dias da flexibilização, mas não prepara o plano, o projeto para a flexibilização. Se ele se espelhasse em alguns governadores, seria o mínimo de coerência, e ele cobra o inverso: que os governadores deveriam flexibilizar mais. Quem vai atender a esses milhares de cidadãos que amanhã vão precisar de um leito de UTI, vão precisar de um respirador, se nem mesmo a testagem é dada universalmente para todos os cidadãos que estão com os sintomas e que batem num posto de saúde, numa emergência ou num hospital? Nesse sentido, a nossa solidariedade aos trabalhadores da saúde.

Aqui em Porto Alegre, infelizmente, o governo Marchezan, ao fechar a cozinha, a nutrição do Postão da Cruzeiro, está cometendo o maior crime, porque está oferecendo o lanche, o almoço, as refeições, por meio de uma empresa terceirizada, que ficam, no corredor daquele local de trabalho, o Postão da Cruzeiro, e expostos, onde passam pacientes, pessoas a todo momento, e, infelizmente, o cidadão que está acamado, que está baixado, que está sendo atendido, recebe tudo frio – disso tudo temos gravações e relatos que os trabalhadores mandam para nós.

O concurso público está vencendo no HPS, agora dia 6 de junho, e o governo não chama, não viabiliza nem mesmo a Operação Inverno, chamando os trabalhadores que passaram no concurso público. De um lado, o governo fala em ampliar, em proteger o cidadão, mas do outro lado ele não preparara o ambiente para poder dizer ao cidadão que de fato ele preocupado, preocupado em devolver a vida ao cidadão, porque geralmente o cidadão que contraiu o vírus se coloca nas mãos, no poder da medicina e no poder do profissional da saúde para poder voltar à vida normal, para ter saúde. Então, meu forte abraço, meu agradecimento e toda nossa solidariedade ao profissional da saúde.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento): Sr.

Presidente, Diretor Luiz Afonso, o que eu quero é fazer um requerimento. Nós, até agora, oficialmente, só sabemos das alegações do governo municipal sobre os prejuízos que ele fala ter. Eu já disse aqui, várias vezes, que eu não vejo o governo municipal fazer um sacrifício, é só a sociedade que tem feito o sacrifício. Então, eu gostaria de fazer um requerimento no sentido de que a Câmara convide, para uma sessão virtual, pode ser na de segunda-feira ou na de quinta-feira, o presidente do Sindilojas, Paulo Kruse, e o presidente do Sindicato dos Bares e Restaurantes, para que a Câmara possa, oficialmente, saber o quadro e os prejuízos que esses empresários estão tendo, porque nós não temos dados em relação a essa situação do lado do empreendedor; nós só ouvimos o prefeito se manifestar pela mídia, com exceções do secretário Pablo e do secretário Adriano que foram didáticos e explicaram a situação de suas pastas. A secretária da Fazenda não conseguiu contribuir com todas as informações que a Câmara gostaria de ter, tanto que vários vereadores reclamaram disso. Então, Sr. Presidente, se for possível, faço este requerimento, com a compreensão da Mesa, com a compreensão dos líderes, para que a Câmara possa, oficialmente, através de uma sessão virtual, ouvir os presidentes do sindicato dos bares e restaurantes e do Sindilojas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Caros vereadores e

vereadoras, público que está nos assistindo, eu trago um tema nacional para propor uma reflexão. O governo federal marcou para os dias 1º e 8 de novembro o ENEM. Nós sabemos que, por causa do Coronavírus, as aulas, tanto das escolas particulares quanto das escolas públicas, foram suspensas; nós sabemos também o quanto os alunos das escolas públicas têm dificuldade de acessar o ensino à distância, o que prejudica muito a sua aprendizagem. Então, eu quero convidar os nossos colegas vereadores a se aliarem ao movimento que já existe em nível nacional, propondo e sensibilizando o governo federal a adiar as datas do ENEM.

Eu, como tenho uma trajetória no movimento estudantil – fui presidente do Diretório Central de Estudantes da PUCRS, fui presidente da *União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul* – e, desde 1989, defendo a bandeira do Brizola, compreendendo que a educação é a base de tudo, não posso me furtar de propor esse debate e de propor que os nossos colegas também alertem a sociedade e tentem usar a sua influência, para que nós possamos chegar até o governo federal, através dos nossos deputados federais e senadores, para que o ENEM seja adiado. Tenho convicção de que os alunos das escolas públicas estão prejudicados. Então, conclamando e chamando

para esse debate em defesa da educação, eu faço a minha fala neste período de Comunicações. Muito obrigado, Sr. Presidente, Luiz Afonso e demais colegas pelo dia de hoje, pelo grande debate que tivemos no dia de hoje. Tenho orgulho desta Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Obrigado, Ver. Luciano Marcantônio.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Concluído este período regimental, nos encaminhamos para o término dos trabalhos. Na oportunidade, eu quero cumprimentar os colegas vereadores, porque, no momento principal da nossa reunião, ou seja, durante a Ordem do Dia, nós tivemos a presença dos 36 vereadores votando, discutindo e debatendo a respeito do tema proposto. Sem analisar o mérito da decisão, que certamente será festejada por muitos e rejeitada por outros tantos, eu acredito que isso seja uma prova mais do que consistente e emblemática das disposições dos integrantes do Parlamento da cidade de, sempre que convocados, responderem afirmativamente às convocações.

Concluindo os trabalhos desta sessão, lembro aos presidentes das comissões temáticas que ainda não responderam a respeito das indicações que o façam, por gentileza, até as 16h de amanhã, porque nós precisamos encaminhar essa matéria. Se os relatórios das comissões temáticas forem favoráveis, as matérias serão, por oportuno, encaminhadas a quem de direito, às autoridades a quem forem endereçadas; se, ao contrário, não forem admitidos, cabe recurso ao plenário, e, obviamente, para isso, teremos que cientificar os autores para que eles utilizem ou não essa prerrogativa.

Agradeço a presença de todos. Fica o meu agradecimento e o meu reconhecimento aos 36 vereadores, que, de forma exemplar, compareceram à nossa reunião virtual opinando, deliberando, votando, enfim, participando ativa e objetivamente dos trabalhos da nossa Câmara dentro desse sistema de deliberação virtual. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h01min.)

* * * * *